

PLANO BÁSICO AMBIENTAL DO AHE CACHOEIRA CALDEIRÃO

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA E DAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS

<p>Licença Prévia 0112/2012 Condicionante Específica Nº 2.15</p>	<p>Programa de fomento que contemple as comunidades ribeirinhas que habitam e utilizam o trecho do rio Araguari na AID, a montante e a jusante do local proposto para o eixo da barragem, cujo meio de sobrevivência esteja relacionado ao rio.</p>
<p>Licença Prévia 0112/2012 Condicionante Específica Nº 2.3</p>	<p>O PBA deverá ser elaborado de forma participativa envolvendo as equipes do Governo do Estado do Amapá – GEA, das Prefeituras dos municípios atingidos, Ministério Público e a comunidade local.</p>
<p>P13 EIA</p>	<p>Ações Socioeconômicas</p>

1. INTRODUÇÃO

O Programa de Fomento à Agricultura e às Comunidades Ribeirinhas do Plano Básico Ambiental (PBA) do Aproveitamento Hidrelétrico (AHE) Cachoeira Caldeirão visa atender às condicionantes 2.15 e 2.3 da Licença Prévia 0112/2012 IMAP/SEMA e corresponde ao detalhamento do Programa 13 do Estudo de Impacto Ambiental.

As comunidades ribeirinhas localizadas na Área Diretamente Afetada do AHE Cachoeira Caldeirão serão incluídas no Programa de Indenizações e Benfeitorias no que se refere aos impactos gerados na infraestrutura social e econômica das famílias afetadas. Estas comunidades, como as demais que se localizam na Área de Influência Direta do empreendimento, têm na agricultura familiar o principal meio de vida e, por esta razão, foram, também, incluídas no Programa de Fomento à Agricultura.

2. JUSTIFICATIVA

O EIA da Hidrelétrica Cachoeira Caldeirão identificou o setor agrícola em Porto Grande como uma atividade importante na AID e que compõe de forma expressiva o Produto Interno Bruto do município. Com a implantação do empreendimento, a demanda por produtos alimentícios tende a se elevar, fruto da pressão demográfica que deverá incidir sob a região. O aumento demográfico e a expansão do mercado de gêneros agrícolas poderão se constituir em estímulos para a agricultura em Porto Grande, mas o aproveitamento dessa oportunidade dependerá do incremento da qualidade da produção local assim como da melhoria da infraestrutura produtiva e comercial existente.

O Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, no relatório da Comissão Especial sobre Atingidos por Barragens, preceitua a formulação de políticas integradas de fomento do desenvolvimento econômico e social para o incentivo dos arranjos e cadeias produtivas locais e regionais. Este programa deverá atender o setor agrícola em Porto Grande tendo como perspectiva o desenvolvimento e o fomento da cadeia produtiva agrícola regional.

A importância desse estímulo fica evidente quando se contextualizam as dificuldades da produção rural no município. A agricultura familiar é predominante e o principal produto é a mandioca *in natura* e seu subproduto, a farinha. Em menor escala, é praticada a fruticultura e o cultivo de hortaliças. Os produtos são comercializados semanalmente nas feiras municipais e estaduais. Os agricultores organizam sua produção em áreas de assentamento do INCRA e em comunidades rurais isoladas, onde enfrentam inúmeros obstáculos: ausência de controle fitossanitário; baixo nível tecnológico e de mecanização; falta de infraestrutura produtiva e social; carência de meios para o escoamento da produção; insuficiência de sistemas de comercialização; deficiência de organização rural e, somado a isso, elevado preço dos insumos no mercado local. O conjunto desses elementos acarreta baixa produtividade, baixa qualidade e preços elevados que apontam para o despreparo do setor para enfrentar a possível expansão do mercado.

O Programa de Fomento à Agricultura visa apoiar, também, as comunidades ribeirinhas que serão afetadas pelo empreendimento, no caso a comunidade de São Tomé, no município de Ferreira Gomes, e o Projeto de Assentamento Manoel Jacinto em Porto Grande. Os moradores desenvolvem nestas comunidades a agricultura familiar, além de

atividades comuns à região, como a pesca e o extrativismo. As áreas de propriedade desses ribeirinhos sofrerão inundações, em especial na comunidade de São Tomé que terá seu acesso atual interceptado pelo reservatório o qual será objeto de reconstrução pelo Programa de Indenização de Terras e Benfeitorias. Desta forma o presente subprograma visa mitigar os impactos causados a estas comunidades.

Por ocasião do levantamento de campo para este PBA e, atendendo à condicionante 2.3 da Licença Prévia nº 0112/2012 que trata da exigência da elaboração do PBA de forma participativa, foram realizadas reuniões com os produtores rurais em Porto Grande e com moradores das comunidades ribeirinhas descritas, cujas contribuições subsidiam a elaboração deste programa.

2.1. AGRICULTURA EM PORTO GRANDE

O município de Porto Grande está situado na região sul do Estado do Estado do Amapá (Mesorregião Sul) a 108 km da capital Macapá, com acesso rodoviário pela BR 156. Foi criado pela Lei n.º 0003 em 01 de maio de 1992 como um desdobramento do município de Macapá.

A história de formação de Porto Grande vincula-se à implantação da Colônia Agrícola do Matapi, a partir da década de 1940, pelo então governador Janary Gentil Nunes. A Colônia Agrícola atraiu imigrantes vindos de diversas regiões do Brasil e tinha por objetivo povoar a região e incrementar a produção agrícola do recém-criado Território Federal do Amapá. Contudo, o grande fluxo de mão de obra para a região, e que consolidou seu povoamento, ocorreu com a abertura da rodovia Perimetral Norte e o cultivo de monoculturas como pinus e dendê, feitos pela empresa AMCEL em áreas de cerrado no município.

A economia do município está concentrada também no setor terciário fortemente baseado nas demandas da administração pública. A agropecuária vem em segundo lugar na composição do PIB e seus principais produtos são a mandioca, fruticultura e o rebanho bovino. O gráfico abaixo apresenta a composição do PIB segundo o IBGE (2010). Os equipamentos sociais de saúde e educação são deficientes frente à demanda e os sistemas de abastecimento de água tratada e de esgotamento sanitário atendem parcialmente o núcleo urbano e algumas localidades isoladas.

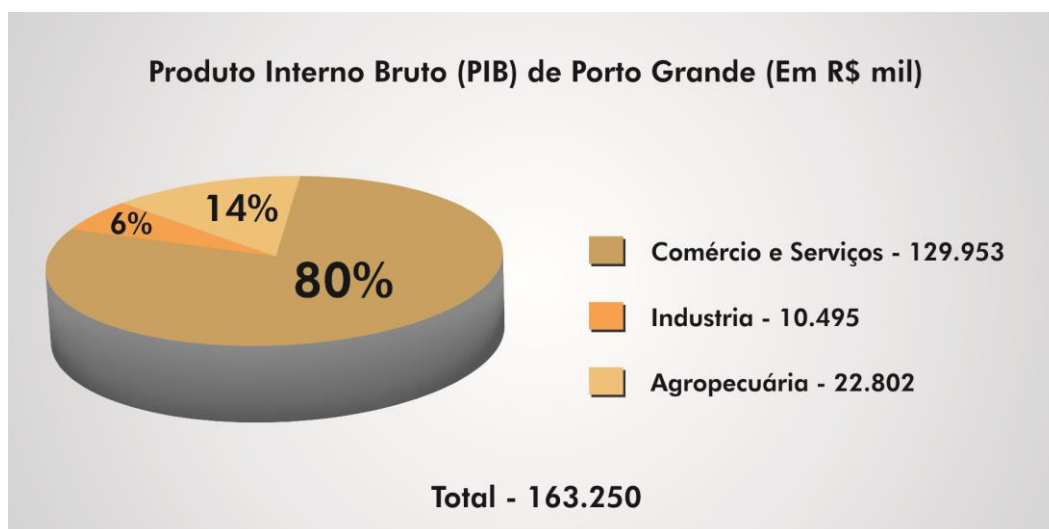


FIGURA 1 – PIB de Porto Grande.

FONTE: IBGE, 2010.

O painel da produção agrícola no município guarda semelhanças com outras áreas agrícolas do estado do Amapá. No estado, a produção rural é marcada pela forte presença da agricultura familiar, organizada nos assentamentos do INCRA ou comunidades rurais. No município são 4 Projetos de Assentamento (PA) que ocupam uma área de 101.088 (ha) sob jurisdição do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) com 1.189 famílias assentadas.

QUADRO 1 – Assentamentos rurais de Porto Grande e Ferreira Gomes, área, capacidade de famílias e número de famílias assentadas.

Assentamento	Distância da Sede	Jurisdição	Área (ha)	C.F	F.A
PA Munguba	40 km	INCRA	37.500	649	314
PA Nova Colina	38 km	INCRA	26.643	309	303
PA Manoel Jacinto	Até 1H30 de barco	INCRA	16.391	270	249
PA Nova Canaã	36 km	INCRA	20.554	340	323

FONTE: INCRA-AP (2011). Nota: C.F= capacidade de famílias; F.A= famílias assentadas.

Além dos PAs o município conta também com número expressivo de comunidades rurais. No levantamento de campo organizado pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário para elaboração do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), foram mapeadas 10 comunidades no município de Porto Grande. O quadro abaixo apresenta lista das comunidades e a distância da sede do município.

QUADRO 2 – Comunidades Rurais por Município e Distância da Sede.

Porto Grande	
Comunidades Rurais	Distância da Sede
Comunidade 138	23 km
Comunidade 142	27 km
Campo Verde	15 km
Comunidade 117	10 km
Matapí	15 – 50 km
Peixe Boi	20 km
Cupixi	45 km
Vila Nova	65 km
Monte Tabor	45 km
Porto Platon	08 km

FONTE: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. PTDRS CENTRO OESTE DO AMAPÁ. (2010)

De uma forma geral, conforme os relatos colhidos na pesquisa de campo e documentos consultados, os assentamentos e comunidade rurais convivem com problemas de infraestrutura, deficiência ou falta de amparo à saúde, educação e carência de estradas. Muitos não surgiram de forma planejada, ou seja, não fizeram parte da programação dos órgãos responsáveis pelas questões territoriais e de produção rural no estado ou no município, mas foram surgindo aleatoriamente em vários locais.

Segundo o Programa de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas do Estado do Amapá (PPCDAP, 2009), a maioria dos assentamentos e comunidades rurais

surgiu espontaneamente, a partir da invasão de terras públicas por grupos de pessoas, especialmente de nordestinos, e somente depois coube ao INCRA a função de “regularizador”. Após o ano de 2000 é que o INCRA passou a direcionar os assentamentos, o que começou pela escolha das áreas para os futuros assentamentos no Estado.

Considerando a produção nas áreas rurais do município de Porto Grande, a configuração básica é a agricultura familiar. Nos assentamentos, em geral, predomina o cultivo de pequenas roças de lavouras anuais, centradas especialmente na cultura da mandioca (utilizada na produção da farinha) e em algumas situações em consórcio com outros cultivos. Seguem o modelo vigente no restante do Estado, iniciando pela extração da madeira e produção de lenha, queimada, seguida pela introdução de “roças” de mandioca, base econômica de todas as propriedades. Caracteriza-se pelo baixo padrão tecnológico, pouca participação nos mecanismos de mercado e pouca disponibilidade de capital para exploração. Sua produção é insuficiente para atender a demanda do município e do estado, grande importador de gêneros alimentícios, sobretudo do Pará, do Centro Oeste e do Sul do Brasil.

O quadro 3 abaixo apresenta a produção do ano de 2012 do município de Porto Grande com base nos dados do escritório local do Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá (RURAP), coletados durante a pesquisa de campo.

QUADRO 3 – Produção Agrícola de Porto Grande, jan/dez de 2012.

Item	Produto	Produção Anual	Und. Med.	Item	Produto	Produção Anual	Und. Med.
1	Farinha de mandioca	608.373	KG	23	Pimentinha	8.693	Kg
2	Abacaxi	545.473	Und.	24	Coco verde	6.371	Und.
3	Polpa de cupuaçu	501.888	Kg	25	Castanha do Pará	6.324	Kg
4	Açaí	472.487	Kg	26	Maxixe	5.576	Kg
5	Hortaliças	256.325	Maços	27	Abóbora	5.468	Kg
6	Milho verde	164.168	Und.	28	Polpa de Abacaxi	4.836	Kg
7	Limão	160.994	Und.	29	Tangerina	4.229	Und.
8	Banana	149.193	Kg	30	Mel	3.000	Kg

9	Laranja	142.499	Und	31	Galinha Caipira	2.954	Und.
10	Tapioca	117.000	Kg	32	Pimenta do Reino	2.500	Kg
11	Pupunha	85.349	Kg	33	Mamão	2.010	Kg
12	Cupuaçu	59.050	Und.	34	Polpa de Taperebá	1.678	Kg
13	Amido de Tapioca	55.690	Kg	35	Polpa de Goiaba	1.107	Kg
14	Leite de gado	48.794	Litros	36	Repolho	868	Kg
15	Melancia	45.908	Kg	37	Coco seco	535	Und.
16	Polpa de macaxeira	39.298	Kg	38	Milho seco	500	Kg
17	Tucupi	35.749	Litros	39	Polpa de Acerola	143	Kg
18	Macaxeira / raiz	22.816	Kg	40	Polpa de Muruci	163	Kg
19	Pescado / criação	20.235	Kg	41	Polpa de Graviola	137	Kg
20	Feijão Caupi	19.308	KG	42	Graviola	60	Und.
21	Pepino	12.523	Kg	43	Polpa de Graviola	53	Kg
22	Queijo	9.150	Kg	44	Maracujá	20	Kg

FONTE: Rurap - Porto Grande/AP (2012).

O quadro aponta a grande diversidade da produção rural típica da produção familiar, com 44 tipos de produtos em Porto Grande. Destaca, também, a baixa produção que, apesar de ser expressiva, ainda se mantém muito abaixo das necessidades de consumo local, considerando a população de 16.809 ha (IBGE, 2010).

A pequena produtividade da agricultura na região está relacionada a problemas de diferentes ordens, os quais, em muitos casos, se constituem em impedimento e/ou desestímulo ao trabalho, tais como: deficiência ou falta de assistência técnica, dificuldade de acesso ao mercado, de transporte para escoar a produção, de energia elétrica, de abastecimento de água (poços) e de crédito agrícola.

Some-se a estes, o fato de que, devido à precariedade da infraestrutura básica muitas famílias não moram nos seus lotes e os assentados são abrigados a percorrer longas distâncias até o local onde produzem. Isso torna o trabalho ainda mais árduo quando se leva em consideração o estado dos ramais e vias de acesso que, na sua grande maioria, não permitem a passagem de veículos até as proximidades das plantações.

Outro elemento importante é a ausência da legalização fundiária nas áreas em foco, o que impede o agricultor de conseguir financiamentos governamentais e linhas de crédito rural. Adicione-se ao quadro a ausência de licenciamentos ambientais para os assentamentos, o que consiste em um desafio do governo para promover o desenvolvimento econômico e o aproveitamento racional dos recursos naturais.

Em síntese, a área rural do município de Porto Grande sofre com a deficiência de políticas agrícolas e fundiárias nos níveis federal, estadual e municipal. A fragilidade dessas políticas impacta decisivamente na qualidade e quantidade da produção do setor primário.

Para identificar as demandas de melhorias para a agricultura em Porto Grande e, em acordo com a condicionante 2.3, foi realizada uma reunião no dia 18/02/2013, na Secretaria de Ação Social, às 9h, cujo relato e demandas estão descritos na sequência.



FIGURA 2 - Reunião com agricultores de Porto Grande

FONTE: pesquisa de campo, 2013.

Todos os agricultores afirmaram a necessidade de equipamentos como Esteira D6 para destocar (tirar tocos e abrir estradas), Escavadeira de Esteira 200, Trator BM100 com grade arador, calcareadora, roçadeira, perfuradora, arado e pulverizador, assim como um caminhão para transporte dos produtos. Houve a sugestão de que os equipamentos poderiam ser doados para a Secretaria de Agricultura do município de Porto Grande que, segundo o secretário, faria a gestão em conjunto com as associações dos produtores rurais.

O escoamento e comercialização da produção são compreendidos como gargalos que precisam ser superados urgentemente para o avanço da agricultura. E, para tanto, os produtores rurais destacam a necessidade de construção de uma Central de Abastecimento ou a finalização das obras iniciadas na área 6, iniciadas pelo Governo do Estado, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, mas não finalizadas. Eles ressaltaram, ainda, a necessidade da construção de um Centro de Treinamento para a Produção dos Subprodutos da Agricultura Familiar para oferecer cursos de capacitação aos produtores rurais, assim como permitir o beneficiamento dos produtos da agricultura familiar.

Observaram, também, a necessidade de perfuração de poços artesianos, captação e distribuição de água e sistemas de irrigação. Os agricultores frisaram, ainda, que o

RURAP é um importante órgão de apoio e assistência técnica, mas com infraestrutura extremamente precária; a melhoria da condição de trabalho dos técnicos, como reforma do prédio, transporte e material de trabalho, máquina fotográfica, GPS, trados, e equipamentos de proteção individual (EPI), atenderia aos trabalhadores rurais.

Por fim, apontaram que Secretaria Municipal de Agricultura é uma instituição parceira e que sua infraestrutura precisa de apoio com um carro traçado, assim como subsídios para o desenvolvimento dos projetos da horta comunitária e o viveiro.

2.2. COMUNIDADES RIBEIRINHAS

De acordo com o EIA/RIMA da UHE Cachoeira Caldeirão, a maioria dos ribeirinhos do rio Araguari tem como atividade principal a agricultura familiar. Na área diretamente afetada (ADA) pelo empreendimento estão localizadas a comunidade São Tomé e o Projeto de Assentamento Manoel Jacinto.

Este subprograma se propõe a promover o fomento à agricultura para as duas comunidades, ambas localizadas na margem esquerda do rio Araguari cujo acesso se dá apenas pela via fluvial, conforme se vê na Figura 3.

A distância das comunidades para a sede dos municípios, as carências infraestruturais e sua localização, dotam essas comunidades de dificuldades específicas relatadas durante as reuniões que ocorreram no dia 23 de fevereiro, uma na comunidade de São Tomé em Ferreira Gomes, às 9h, no trapiche de acesso às propriedades, e outra na comunidade do PA Manoel Jacinto em Porto Grande, às 15h, na casa do senhor Joary Ribeiro da Silva (Quadro 4).

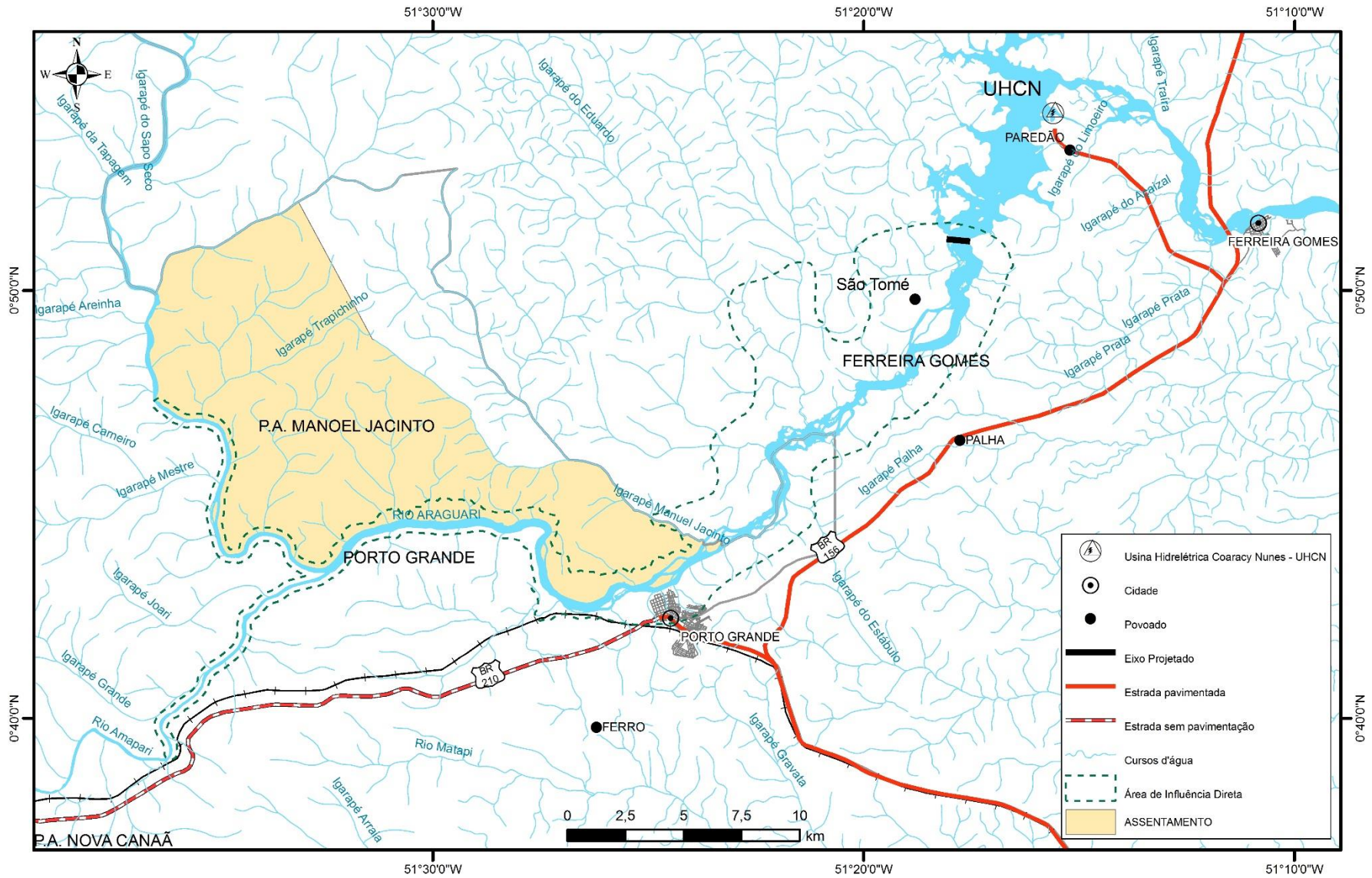


FIGURA 3 - Localização das comunidades de São Tomé e PA Manoel Jacinto

QUADRO 4 - Reuniões participativas do PBA da AHE Cachoeira Caldeirão com ribeirinhos da ADA em Porto Grande e Ferreira Gomes.

Data	Local	Comunidades participantes	Nº de participantes
23.02.13	Ferreira Gomes Trapiche da Comunidade de São Tomé	São Tomé	23
23.02.13	Porto Grande Casa do Sr. Joary Ribeiro da Silva	PA Manoel Jacinto	17

De acordo com os relatos colhidos na comunidade, moram em São Tomé 36 famílias em casas de madeira (apenas duas são de alvenaria) e somente seis são dotadas de energia elétrica, cuja instalação foi custeada pelos próprios moradores. As casas dos agricultores não possuem instalações sanitárias, com os banheiros sendo localizados na área externas e os dejetos depositados diretamente no ambiente natural. O lixo produzido é queimado. As casas possuem no mínimo duas divisões sendo que uma é o espaço específico para a cozinha.

Os terrenos são planos e interligados por pequenas pontes ou estreitos ramais. Na época do inverno esses caminhos são tomados pelo mato e, por falta de manutenção, a situação das pontes é precária. A comunidade é cercada por igarapés, com boa parte das casas localizadas na orla destes cursos d'água.



FIGURA 4 - Reunião com os ribeirinhos de São Tomé/Ferreira Gomes.

FONTE: Pesquisa de campo, 2013.

A principal atividade econômica da comunidade é a produção de farinha de mandioca em casas de farinha dos próprios produtores. Praticam também, em menor escala, o extrativismo do açaí, cumaru, bacaba, piquiá, cipó títica (para produção de vassoura) e andiroba para produção de azeite. Realizam a pesca, mas apenas para completar a alimentação familiar.

Para escoar a produção, os trabalhadores utilizam um carro de madeira com pneus de borracha que eles mesmos puxam até o trapiche da ponte, onde a reunião foi realizada. Dependendo do terreno, isso pode significar muitos quilômetros. Do trapiche, a produção segue de batelão, uma embarcação robusta típica da região, até o outro lado do rio. No momento da visita, o motor do batelão estava avariado e os produtores estavam usando pequenas embarcações para a travessia.

A comunidade não conta com escola e as crianças estudam na escola da Terra Preta até o 4º ano de ensino fundamental¹. Quanto às condições de atendimento à saúde, não há nenhuma unidade de atendimento na localidade. O agente de saúde responsável relatou ter dificuldades para executar seu trabalho por falta de material como transporte para fazer as visitas, material de emergência e combustível.

¹ Segundo o estudo de ALLEGRETTI, 2011, nesta escola haviam 52 crianças matriculadas em 2011, sendo sete na pré-escola e 45 na faixa de 1ª a 4ª séries.

Na reunião realizada a comunidade apontou a emergencial necessidade de instalação da energia elétrica e ressaltou a contradição de estarem situados entre dois empreendimentos hidroelétricos e não terem energia. Relataram as dificuldades do escoamento da produção e sugeriram como solução a abertura de uma estrada através do Ramal do Projeto de Assentamento Nova Vida com saída até o pico da central 3 do linhão (descrição dada pelo presidente da associação). Trata-se da mesma estrada que está sendo construída para atender o Assentamento Manoel Jacinto, que, segundo eles, poderia ser estendida até São Tomé. Outra possibilidade seria uma balsa para atravessar a produção e permitir a chegada da mecanização. Os agricultores listaram ainda, as necessidades de equipamentos para mecanização que seria administrado pela associação. Os equipamentos seriam: Trator BM100 com grade arador, calcareadora, roçadeira, perfuradora, arado e pulverizador e carroça.

Considerando o número de crianças, em torno de 50, que diariamente se desloca para Terra Preta, observaram a necessidade de construção de uma escola capaz de acomodar as séries da educação básica na comunidade. Destacaram que as águas do rio estão sujas e que tem aumentado o número de doenças intestinais. Disseram que consomem dessa água que não é mais potável e por isso precisam que sejam perfurados poços artesianos e organizada a captação e distribuição de água e sistemas de irrigação. Por fim, para a assistência à saúde, enfatizaram a necessidade de um transporte para atendimento das emergências e deslocamento até os núcleos urbanos próximos. Estas foram as demandas colocadas pelos moradores da Comunidade de São Tomé.

Na reunião realizada com os moradores do PA Manoel Jacinto foi informada a existência de 150 famílias² residindo no assentamento, sendo que destas, apenas duas têm energia elétrica que foi colocara às próprias custas. Na comunidade, 18 casas são de alvenaria e foram financiadas pelo INCRA; as demais são de madeira. As casas dos agricultores não possuem instalações sanitárias e os dejetos são depositados direto no ambiente natural. O lixo produzido é queimado e a água que abastece as residências é obtida diretamente do rio. As casas possuem no mínimo duas divisões sendo que uma é o espaço específico para a cozinha. No total, o assentamento é composto de 249 lotes.

² Esta informação, colhida na reunião da comunidade, contradiz com o dado oficial do INCRA no qual constam 249 famílias assentada para um potencial máximo de 270 famílias no PA.



FIGURA 5 - Reunião com os ribeirinhos do PA Manoel Jacinto/ Porto Grande.

FONTE: Pesquisa de campo, 2013.

A produção é diversificada, voltada para a subsistência e o excedente é vendido no mercado local. O maior volume de produção é a farinha. O extrativismo se reduz ao açaí. Os ribeirinhos praticam, com intensidade, a pesca para complementar a alimentação e o orçamento familiar.

A comunidade conta com uma escola de 1ª a 4ª série da educação básica. Segundo Allegretti (2011), a Escola Municipal Rio Araguari possuía 13 crianças matriculadas no ano de 2011, sendo duas na pré-escola e 11 na faixa de 1ª a 4ª série. Segundo os relatos da reunião, a escola não atende as necessidades da comunidade, pois as instalações são precárias e quando as crianças concluem a 4ª série os pais têm que se mudar para Porto Grande.

Quanto às condições de atendimento à saúde, Manoel Jacinto também não possui Unidade de Saúde implantada. O agente de saúde que atende a localidade relata as mesmas dificuldades de São Tomé: falta de material de emergência e transporte para fazer as visitas. Não existe posto de saúde. Os produtores informaram ainda que ficam isolados, sem

comunicação com o centro urbano, uma vez que o sinal de telefonia celular não alcança a comunidade e não existe na localidade um posto de telefonia rural.

Há na comunidade a crença que a escola será inundada, apesar de o Estudo de Impacto Ambiental não haver apontado este impacto. Diante desta perspectiva, os moradores observaram a necessidade de construção de uma escola capaz de acomodar todas as séries da educação básica na comunidade.

Para melhorar a produção e permitir o reflorestamento, ressaltaram a necessidade de construção de um viveiro de mudas na comunidade que poderia ser mantido e administrado pelo RURAP e INCRA para atender os produtores locais. Observaram, ainda, a necessidade de construção de um centro comunitário dotado de um posto de telefonia rural para melhor organização da comunidade e sua associação. Por fim, para a assistência de saúde, enfatizaram a necessidade da construção de um posto de saúde equipado com “ambulância” para atendimento das emergências e deslocamento até os núcleos urbanos próximos.

2.3. JUSTIFICATIVA PARA AS AÇÕES DO PROGRAMA

As três reuniões participativas realizadas no âmbito deste programa demonstraram a existência de um extenso déficit de políticas públicas governamentais (nas três esferas federativas), particularmente aquelas relacionadas ao fomento da agricultura, tais como: extensão rural, assistência técnica, apoio à mecanização agrícola, condições de escoamento, de comercialização, acesso a financiamento, apoio para a regularização fundiária, dentre outros. Observou-se, igualmente, a insuficiência de cultura associativista na região, com a ausência de cooperativas e a ainda pequena capacidade das associações locais em solucionar as necessidades de seus membros.

Este cenário, bem como o conjunto de demandas, é o mesmo descrito tanto pelos produtores rurais de Porto Grande quanto pelas comunidades ribeirinhas de São Tomé e assentamento Manoel Jacinto.

Diante do quadro de relevantes carências pré-existentes, seria natural e esperado que os agricultores direcionassem todas estas demandas para o empreendedor que irá explorar o potencial hidrelétrico do rio, como de fato sucedeu nas reuniões realizadas. Ocorre que a responsabilidade pela situação atual é decorrente da ausência da ação estatal pretérita (em maior parte) ou ainda da falta de atividades associativistas, em menor parte.

O papel a ser desempenhado pelo empreendedor, e que está sendo detalhado neste PBA, deve ser o de mitigar os impactos socioeconômicos negativos ou ainda potencializar os impactos positivos que serão gerados pelo empreendimento. A responsabilidade socioambiental do empreendedor não deve extrapolar seu escopo de ação e nem substituir as instituições governamentais nos seus respectivos papéis.

Tendo esses aspectos como referência, este programa do PBA visa apoiar dois grupos de ações a serem desenvolvidas:

- a) Potencializar a agricultura em Porto Grande, fortalecendo uma tradição existente no município, por meio de ações de apoio à atividade que irão ampliar os efeitos positivos esperados da instalação do empreendimento.
- b) Mitigar os impactos negativos da instalação do empreendimento nas comunidades de São Tomé e Projeto de Assentamento Manoel Jacinto, ambas localizadas na área diretamente afetada da UHE Cachoeira Caldeirão.

A partir destas premissas, tomando como base os impactos identificados no EIA, bem como levando em consideração as reuniões realizadas com os grupos de interesse durante a elaboração deste PBA, serão elencadas as ações a serem desenvolvidas, as quais se justificam tecnicamente por serem as que mais eficazmente contribuirão para cumprir com os objetivos e metas propostos.

3. OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Apoiar o desenvolvimento da agricultura potencializando a tradição agrícola do município de Porto Grande e mitigar impactos a serem sentidos pelas comunidades ribeirinhas localizadas na área diretamente afetada pelo empreendimento.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Construir um Centro de Treinamento da Agricultura Familiar.
- Promover capacitação para a agricultura familiar.

- Promover melhorias na infraestrutura de escoamento da produção (Ramal do Projeto de Assentamento Nova Vida).
- Fomentar atividades associativas e cooperativas visando o fortalecimento do setor no mercado.
- Reconstruir a infraestrutura afetada na Comunidade São Tomé e Assentamento Manoel Jacinto.

4. AÇÕES

4.1. ARTICULAÇÃO INTERINSTITUCIONAL E COMUNITÁRIA

Etapa inicial do programa visa estabelecer uma articulação formal entre o empreendedor, os órgãos públicos competentes no setor agrícola e os representantes legais das comunidades ribeirinhas e de agricultores, para definir as formas de parceria para a execução do programa.

4.2. CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE TREINAMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

O empreendedor, em articulação com a Prefeitura Municipal de Porto Grande (Secretaria de Agricultura) e com o Governo Estadual, deverá construir e equipar um prédio (sala de aula, laboratório, sanitários e sala de apoio administrativo) para funcionamento do Centro de Treinamento da Agricultura Familiar.

4.3. CAPACITAÇÕES TÉCNICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Etapa que deve ser cumprida no decorrer do período de instalação do empreendimento, onde o empreendedor ficará responsável por proporcionar aos agricultores em geral e, em especial à comunidade de ribeirinhos de São Tomé e Projeto de Assentamento Manoel Jacinto, oficinas, cursos e treinamentos que visem capacitá-los em produção e comercialização no setor.

4.4. APERFEIÇOAMENTO DA INFRAESTRUTURA DE ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO

Articulação com o poder público municipal, estadual e federal para em parceria viabilizar a melhoria das condições de escoamento da produção da comunidade São Tomé e do PA Manoel Jacinto. Em reunião com agricultores foi levantada a proposta de apoiar a conclusão

do ramal que ligaria as duas comunidades que constituem o público alvo deste projeto ao Projeto de Assentamento Nova Vida, localizado nos limites dos municípios de Ferreira Gomes e Tartarugalzinho.

4.5. RECONSTRUIR E APRIMORAR A INFRAESTRUTURA AFETADA

Esta ação consiste em identificar a infraestrutura que será afetada pelo reservatório da UHE Cachoeira Caldeirão e reconstruí-la, em especial o porto de embarque e desembarque da Comunidade São Tomé.

5. METODOLOGIA

Na ação 4.1 – Articulação Interinstitucional e Comunitária, a metodologia adotada será a de realização de reuniões entre empreendedor, poder público e associações, nas quais será definida a forma de parceria, o detalhamento das atividades, o cronograma e o monitoramento dos resultados.

Para cumprimento da ação 4.2. Construção do Centro de Treinamento da Agricultura Familiar, o empreendedor, em articulação com a Prefeitura Municipal de Porto Grande, construirá e equipará o centro de treinamento. Para tanto será necessária a elaboração de projeto de engenharia visando atender a necessidade de espaços para as ações de capacitações.

A atividade 4.3 Capacitações Técnicas para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar é uma ação que deve ser realizada em consonância com a proposta do Centro de Treinamento e da Agricultura Familiar. Desse modo, deve-se decidir em conjunto com os representantes dos produtores rurais e Secretaria Municipal de Agricultura de Porto Grande a utilização e organização do Centro de Treinamento, quais cursos serão ofertados para qualificação dos produtores rurais.

Para se atingir o proposto na atividade 4.4 Aperfeiçoar a Infraestrutura de Escoamento da Produção, propõe-se uma ação específica para apoiar a Prefeitura Municipal nas melhorias das condições das estruturas de acesso e escoamento para as duas comunidades.

A atividade 4.5. Reconstruir e Aprimorar a Infraestrutura Afetada partirá do levantamento detalhado de toda a infraestrutura a ser impactada com a formação do reservatório da UHE nas comunidades ribeirinhas afetadas: São Tomé e PA Manoel Jacinto. De posse do

levantamento será realizada a reconstrução da infraestrutura afetada. Nos estudos iniciais observou-se a necessidade de reconstrução do porto de acesso à comunidade São Tomé.

5.1 PARÂMETROS DE ACOMPANHAMENTO

Como indicadores de cumprimento do presente programa serão utilizados os seguintes parâmetros de acompanhamento:

- Reuniões de articulação institucional realizadas.
- Centro de Treinamento da Agricultura Familiar construído.
- Capacitações técnicas para o desenvolvimento da agricultura familiar realizadas com aproveitamento adequado.
- Melhorias no sistema de escoamento que interliga os assentamentos Manoel Jacinto e Nova Vida.
- Infraestrutura impactada pelo reservatório nas comunidades da área diretamente afetada reconstruída e aprimorada.

6. PÚBLICO ALVO

Produtores rurais do município de Porto Grande e moradores da Comunidade São Tomé e Projeto de Assentamento Manoel Jacinto.

7. AGENTE EXECUTOR

O empreendedor da UHE Cachoeira Caldeirão.

8. POTENCIAIS PARCEIROS

Ministério do Desenvolvimento Agrário

Governo do Estado do Amapá

Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural

Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá - RURAP

Prefeitura Municipal de Porto Grande

Órgãos de representação dos produtores rurais (Associações e Sindicatos)

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA

Universidade Federal do Amapá – UNIFAP

Universidade do Estado do Amapá – UEAP

9. ATENDIMENTO A REQUISITOS LEGAIS

Não se aplica ao programa.

10. INTERFACE COM OUTROS PROGRAMAS

Programa de gerenciamento socioambiental integrado

Programa de comunicação social educação ambiental

Programa de desenvolvimento de fornecedores

Programa de melhoria da infraestrutura socioeconômica

Programa de desenvolvimento da agricultura e das comunidades

Programa de indenização de terras e benfeitorias

11. CRONOGRAMA (ANEXO)

12. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO PROGRAMA

Charles Achcar Chelala, Economista, Mestre em Desenvolvimento Regional.

Eliane Superti, Pós-Doutora em Ciência Política.

Cláudia Chelala, Economista, Doutora em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido.

Christianni Lacy Soares, Cientista Social, Mestre em Desenvolvimento Regional.

13. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA. “Atingidos por Barragens”. Resoluções nºs 26/06, 31/06, 01/07, 02/07, 05/07. Brasília/DF, s/d. Disponível em: pfdc.pgr.mpf.gov.br/temas-de-atuacao/.../relatorio-final-cddph Acesso em 10/03/2013.

ECOTUMUCUMAQUE. **Estudo de Impacto Ambiental: Aproveitamento Hidrelétrico de Cachoeira Caldeirão**. Macapá/AP: Ecotumucumaque, 2009.

IBGE. IBGE Cidades@ **Ferreira Gomes Ap. Economia**. 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=160023#> Acesso em 06/03/2013.

IBGE. IBGE Cidades@ **Porto Grande Ap. Economia**. 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=160053#> Acesso em 06/03/2013.

Instituto de Pesquisa Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá – IEPA. **Projetos de assentamentos no Estado do Amapá**. Divisão de Geoprocessamento, Macapá, Amapá, 2012.

Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA-AP). **Sistema de informação e projetos de reforma agrária**. Macapá, 2011.

Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA-AP). **Reforma agrária no âmbito do Estado do Amapá**. Macapá, 2011.

M. ALLEGRETTI CONSULTORIA. 2011. **Estudo Complementar sobre Infraestrutura Social e Produtiva na Área de Influência Direta da UHE Ferreira Gomes, no Amapá**.

PROGRAMA DE PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO E QUEIMADAS DO ESTADO DO AMAPÁ – PPCDAP. **Plano Estadual do Amapá**. Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico do Estado e Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Macapá-AP, 2009.

SILVA, Irenildo C. da; FILOCREÃO, Antônio S. M.; LOMBA, Roni M. Assentamentos Rurais no Estado do Amapá: Uma Visão da Realidade. In: **Anais do XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Territórios em Disputa: Os desafios da Geografia Agrária nas Contradições do Desenvolvimento Brasileiro**. Uberlândia/MG, Universidade Federal de Uberlândia, 2012. Disponível em: www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/989_2.pdf Acesso em 07/03/2013.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **PTDRS CENTRO OESTE DO AMAPÁ**, Brasília, 2010. Disponível em: sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio094.pdf Acesso em 04/03/2013.

CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA. Comissão Especial. **Atingidos por Barragens. Resoluções nºs 26/06, 31/06, 01/07, 02/07, 05/07**. Brasília/DF, 2011. Disponível em: pfdc.pgr.mpf.gov.br/temas-de-atuacao/.../relatorio-final-cddph Acesso em 10/03/2013.

RURAP. Demonstrativo de produção. Ferreira Gomes, 2012.

RURAP. Demonstrativo de produção. Porto Grande, 2012.

